



# LIMA BARRETO POR UMA REPÚBLICA DAS LETRAS MAIS PLURAL

LIMA BARRETO FOR A MORE PLURAL REPUBLIC OF LETTERS

**Danillo de Matos Santos  
Costa\***

\* danillodematos@gmail.com  
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Possui graduação em  
Letras pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

**RESUMO:** Com a finalidade de discutir a produção literária negra no Brasil, este artigo mobiliza as postulações de Miriam Alves (2010) acerca das produções do autor Lima Barreto, assumindo-as sob o signo de uma “literatura menor”, termo empregado por Deleuze e Guattari (2017) e compreendido em nossa discussão. Este artigo também questiona possibilidades para driblar os impedimentos e interdições impostos a esses autores negros, bem como a importância de se produzir uma literatura mais plural e abrangente em nosso país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lima Barreto; Autoria negra; Literatura afro-brasileira.

**ABSTRACT:** In order to discuss black literary production in Brazil, this article mobilizes the postulations of Miriam Alves (2010) about the productions of author Lima Barreto, assuming them under the sign of a “minor literature”, a term used by Deleuze and Guattari (2017) and comprehended in our discussion. This article also questions possibilities to circumvent the impediments and interdictions imposed on these black authors, as well as the importance of producing a more plural and comprehensive literature in our country.

**KEYWORDS:** Lima Barreto; Black authorship; Afro-Brazilian literature.

### OBLITERAÇÃO E RESISTÊNCIA

Os escritos de Lima Barreto abrangem romances, contos e crônicas, além de uma frequente contribuição em artigos e resenhas para diversos jornais e revistas. Assim como os meios eram diversos, também eram os temas abordados pelo autor: como afirma o historiador Nicolau Sevcenko (SEVCENKO, 1999, p. 162), Lima Barreto escreveu sobre “movimentos históricos, relações sociais e raciais, transformações sociais, políticas, econômicas e culturais; [...] crítica social, moral e cultural”. O autor, que viveu nos subúrbios do Rio de Janeiro, não se limitou a apresentar apenas esse cenário e suas produções também compreendem o interior de lares burgueses e populares, repartições públicas, bares, ministérios, livrarias e redações de jornal.

Como afirmado por Sevcenko (SEVCENKO, 1999, p. 163), a preocupação de Lima Barreto “é abranger o maior volume possível da realidade social, traduzindo, inclusive e sobretudo, as suas várias fissuras e tensões.”. O historiador (SEVCENKO, 1999, p. 162) também destaca a função crítica e combatente da obra de Lima, cujas “referências ao presente imediato, recente e ao futuro próximo [...]” ainda têm muito a nos dizer.

Lima Barreto, além de contribuir para vários meios de circulação pública, também redigiu diários. Como primeiro registro do seu diário de 1903, escreveu:

Eu sou Afonso Henriques de Lima Barreto. Tenho vinte e dois anos. Sou filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto. Fui aluno da Escola Politécnica. No futuro escreverei a História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade (BARRETO, 1993, p. 12).

O autor nunca chegou a concluir esse projeto historicista, porém, tampouco deixou de sentir e de abordar a influência da escravidão negra em seus escritos. Influência essa que recaiu e recai em peso sobre os autores negros do Brasil, tanto aqueles que antecederam Lima Barreto quanto os que o sucederam, uma vez que, em função de sermos o último país do Ocidente a abolir essa prática, as heranças da escravidão ainda estruturam diferentes formas de manifestação cultural da sociedade brasileira. Para Miriam Alves (ALVES, 2010, n.p), cujo trabalho crítico e historiográfico aborda a literatura afro-brasileira e seus contextos de produção e recepção, o trabalho dos(as) autores negros(as) está presente, desde o período colonial, nos mais diversos campos da atividade artística, porém, sem alcançar o merecido reconhecimento.

No caso da escrita literária em particular, Alves (ALVES, 2010, n.p) argumenta que a produção negra sofre muitos impedimentos no que tange à sua divulgação, inclusive na própria materialização do objeto livro. Para a escritora (ALVES, 2010, n.p), quando essa produção não permaneceu inédita, ou foi perdida nas prateleiras empoeiradas de arquivos ou circulava, de forma limitada, em pequenas edições e outras formas alternativas. Soma-se a isso os casos em que “existe o apagamento deliberado dos vínculos autorais e mesmo textuais, bem como da etnicidade africana em função do processo de miscigenação branqueadora que perpassa a trajetória dessa população” (ALVES, 2010, p. 41).

Como propõe Cuti (2010, p. 5), podemos pensar essa miscigenação branqueadora como uma ideologia que promove, desde o século XIX, a hipótese de que o Brasil se tornaria um país com a população exclusivamente branca, o que exigiria a eliminação do negro por meio da miscigenação. Por meio dessa lógica, os mestiços seriam aqueles sujeitos não negros, ou quase brancos, e assim essa ideologia miscigenadora promove o apagamento físico, tanto das obras quanto dos sujeitos que as produzem.

Além do apagamento promovido pela miscigenação, há também aquele promovido pelo pernicioso mito

da democracia racial. De acordo com Lilia Schwarcz (SCHWARCZ, 2012, n.p), esse mito serviria à representação de uma escravidão mais branda do que aquela que de fato aconteceu e, nos anos pós-abolição, estimulou em nosso país a imagem de um paraíso racial. No entanto, devemos afirmar os processos de miscigenação como produtos do estupro e da violência e, como apresenta Florestan Fernandes (2013, n.p), longe de representarem uma integração social, esses processos estimulavam a estratificação racial. Schwarcz (SCHWARCZ, 2012, n.p) também aborda a forma como, ao contrário de outros países de passado escravocrata (cuja memória a respeito desse período não deixa de afirmar a violência e a dominação contra os sujeitos negros), no Brasil, houve um esforço para reconstruir essa história de maneira positiva, ignorando dados e documentos anteriores.

Exemplo disso foi a tentativa de Rui Barbosa de reescrever esse período da nossa história. Como nos conta Abdias Nascimento (NASCIMENTO, 2016, p. 58), o então ministro das Finanças determinou que todos os arquivos relacionados à escravidão fossem queimados (felizmente, essa empreitada não obteve o êxito esperado). A escravidão, entretanto, não é um fato que possa ser apagado: ela durou cerca de 300 anos e ainda pode ser sentida de várias maneiras no nosso presente. Como escrevem Lilia

Schwarcz e Flávio Gomes (SCHWARCZ; GOMES, 2018, n.p), mesmo a lei que aboliu a escravidão no Brasil (para os autores, uma lei conservadora e de texto breve) não previu projetos de inclusão social, portanto não teve o poder de reparar desigualdades enraizadas em nossa sociedade.

Como exemplo da profundidade dessas raízes, observamos o informativo *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*<sup>1</sup>, elaborado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2019. O documento analisa tópicos como mercado de trabalho, distribuição de renda e condições de moradia, representação política, educação e violência e, em todos esses quesitos, a população negra está em desvantagem, seja representando a maioria entre os mais pobres (em um recorte dos 10% da população com menores rendimentos, os negros representam 75%) ou liderando o número daqueles que mais morrem (em todos os grupos etários, a taxa de homicídios de pessoas negras supera a de pessoas brancas). Em um país tão desigual, que tenta mascarar o racismo a todo custo, a ponto de tentar reescrever o passado com tintas mais suaves, a literatura afro-brasileira, segundo Miriam Alves (ALVES, 2010, p. 44), funciona como uma espécie de

catalisador de histórias as quais transforma em registro ficcional e poético para transmiti-las não só como anais de fatos,

mas, sobretudo, como a grafia de emoções, perpetuando, no ato da escrita, o resgate do passado, o registro do presente da trajetória de um segmento populacional relegado ao esquecimento ou ao segundo plano na historiografia, inclusive das artes literárias.

Na linha dos apagamentos promovidos pela miscigenação ou pelo mito da democracia racial, o direito à escrita foi algo pelo qual os negros brasileiros tiveram que lutar ainda durante o período da escravidão. Como afirmam Schwarcz e Gomes (SCHWARCZ; GOMES, 2018, n.p), o letramento entre escravizados era visto como um sinal de atividades suspeitas e a prática da escrita por essa parcela da população era considerada uma atitude arrogante, já que o uso de um código deveria ser um privilégio das classes dominantes. Para os sujeitos escravizados, todavia, o letramento era uma forma de obter o poder para se enunciar, uma forma de afirmação social e de acesso à cidadania (ainda que não de forma plena). Assim, há indícios daqueles que conseguiram dominar esse código pelas franjas do sistema, seja em correspondências redigidas de próprio punho ou em registros de livreiros do Rio de Janeiro, que atestam a venda de livros a escravizados.

Como se observa, durante os anos da escravidão e nos tempos posteriores a ela, a prática da escrita por sujeitos

1. IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.



negros e, principalmente, o reconhecimento de suas qualidades, é escassa no Brasil em função do já mencionado projeto político de apagamentos. Tradicionalmente, para justificar a ausência de autores negros como nomes canônicos da literatura brasileira, recorre-se à defesa do desconhecimento em relação a essas produções ou à crítica à qualidade das obras, tratadas como inferiores. Lima Barreto, para se tornar um autor reconhecido, teve que superar as barreiras desses silenciamentos projetados contra a escrita negra.

Ressalta-se que este sempre se definiu como um autor de origem africana e sua produção aborda os costumes e os sofrimentos das populações negras no Brasil (SCHWARCZ, 2017, p. 279). Em um texto de 1911, “Qualquer coisa”, o autor carioca não consegue compreender que a literatura seja reduzida apenas a um culto ao dicionário: ele acreditava em uma “literatura de ação sobre as ideias e os costumes” (BARRETO, 2017, p. 83). Para Sevcenko (SEVCENKO, 1999, p. 161-162) a literatura produzida por Lima Barreto produzia uma exposição do presente como um vórtice de situações históricas e, a partir de uma escrita contundente, “o autor podia transmitir direta e rapidamente aos seus leitores a sua concepção e o seu sentimento relativo aos eventos que o circundavam”. Em seu esforço de se comunicar

diretamente com aqueles que o liam, Lima Barreto utilizou uma linguagem desprovida de artificialidades, seja em seus escritos ficcionais ou em seus textos para a imprensa. Além disso, a preocupação do autor para manter essa comunicação direta não se limitava apenas àqueles que, como ele, pertenciam ao segmento populacional proscrito ao esquecimento, mas abrangia outras camadas da sociedade carioca.

Em seu tempo de vida, Lima Barreto se preocupou em destacar o trabalho dos seus pares, tanto os que o precederam, quanto seus contemporâneos, como evidencia a carta enviada a Célestin Bouglé, em 1906. No documento (redigido em francês), Lima Barreto se apresenta como um “mulato” de 25 anos que abandonou o curso de engenharia civil na “Escola Politécnica do Rio” para se dedicar à literatura e aos estudos das questões sociais, além de trabalhar como redator de duas pequenas revistas. O objetivo da carta era “fornecer informações sobre a atividade dos mulatos no meu país” (BARRETO, 2017, p. 49) e o que o motivou a redigi-la foi a leitura do livro de Bouglé, *La Démocratie Devant la Science*, publicado em 1904. Segundo Lima Barreto, o filósofo francês demonstra conhecer muito pouco sobre os “mulatos” brasileiros e, por isso, esse escreve para informá-lo que,

Na literatura brasileira, já notáveis, os mulatos tiveram uma grande representação. O maior poeta nacional, Gonçalves Dias, era mulato; o músico mais habilidoso, José Maurício, era mulato; os grandes nomes atuais da literatura – Olavo Bilac, Machado de Assis e Coelho Neto são mulatos. [...] Tivemos grandes jornalistas mulatos: José do Patrocínio (também romancista), Ferreira de Meneses e Ferreira de Araújo, estudiosos, engenheiros, médicos, advogados, acadêmicos, juristas etc (BARRETO, 2017, p. 49).

É claro o esforço de Lima Barreto para se manifestar contra o apagamento das produções realizadas por sujeitos negros no Brasil, esforço que se faz necessário ainda hoje, uma vez que os silenciamentos não se limitam somente à literatura, mas, como demonstra o trecho da carta redigida pelo autor, se estendem às diferentes áreas do conhecimento.

#### LITERATURA MILITANTE E PESSOAL

Segundo a escritora Miriam Alves (ALVES, 2010, p. 46), escritores negros que demonstram engajamento na luta contra a discriminação racial são considerados “menores [no sentido de inferiores] por serem militantes e não tratarem de temas universais [...], temas que dizem respeito a todos”. Se pensamos a discriminação racial como um assunto que diz respeito à sociedade

como um todo, cujo debate proposto ganharia maior repercussão se todos estivessem envolvidos, ou seja, caso as pessoas brancas se posicionassem criticamente diante de um sistema que as privilegia (RIBEIRO, 2019, n.p), refutamos tais argumentos. Considerar uma literatura inferior por ser militante, portanto, é mais um pretexto para invisibilizar essas obras ou desmerecer uma questão legítima.

Podemos pensar a escrita literária de sujeitos negros, assim, não como uma literatura inferior, mas como uma “literatura menor” de fato, conceito trabalhado pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari (DELEUZE; GUATTARI, 2017, n.p) que a definem como uma literatura produzida por uma minoria em uma língua maior.

Como exemplo dessas produções menores, Deleuze e Guattari escrevem sobre o abandono do idioma tcheco por parte da população judia de Praga, que privilegiava o alemão. Como exemplo, os filósofos citam Franz Kafka (um dos poucos autores judeus de Praga que compreendia e falava tcheco), autor que pensou na impossibilidade dos judeus escreverem em uma outra língua que não o alemão e as maneiras como isso representa, para eles, a distância da territorialidade ancestral tcheca. Para os dois filósofos (DELEUZE; GUATTARI, 2017, n.p), o

alemão usado em Praga é uma língua *desterritorializada*, adequada a usos menores.

A partir desse exemplo de desterritorialização da língua, Deleuze e Guattari (DELEUZE; GUATTARI, 2017, n.p) supõem o que os sujeitos negros, na América do Norte, poderiam produzir em língua inglesa. De maneira semelhante, podemos supor como os escritores e escritoras negros no Brasil, a partir das diferentes possibilidades de usos e desenvolvimento de influências, poderiam impactar a língua portuguesa bem como a literatura produzida nesse idioma. Outra característica de uma literatura menor, segundo Deleuze e Guattari (DELEUZE; GUATTARI, 2017, n.p), é a motivação política. Para eles (DELEUZE; GUATTARI, 2017, n.p), cada produção literária está diretamente ligada à política, como se o elemento individual fosse aumentado por uma lente de microscópio. Sob essa perspectiva, ao considerarmos uma literatura menor enquanto literatura engajada, concordamos com as afirmações dos filósofos acima apresentadas.

Miriam Alves (ALVES, 2010, p. 46), contudo, traz como exemplo um autor negro que é criticado justamente pelo motivo oposto: Machado de Assis, em cujas obras foi tradicionalmente apontado por parte da crítica o pouco engajamento em temas políticos. Nesse sentido, Machado

é colocado pela autora em contraponto a Lima Barreto. Crítica semelhante foi apresentada pelo historiador Joel Rufino dos Santos, que considera a literatura de Machado de Assis como “sem suor e sem bodum” (SANTOS, 1984, p. 69), enquanto a de Lima Barreto cheirava a povo e denunciava todas as formas sutis e evidentes de discriminação contra os negros (SANTOS, 1984, p. 72). Vale ressaltar que a promoção desse antagonismo entre Lima Barreto e Machado de Assis não surgiu após a morte dos dois. O primeiro não gostava de ser comparado ao segundo e, em uma carta redigida em 1921, como resposta a um artigo sobre sua obra (no qual o autor Austregésilo de Athayde estabelece as diferenças entre a escrita de ambos), Lima Barreto escreve:

Gostei que o senhor me separasse de Machado de Assis. Não lhe negando os méritos de grande escritor, sempre achei no Machado segura de alma, muita falta de simpatia, falta de entusiasmos generosos, uma porção de sestros pueris. Jamais o imitei e jamais me inspirou. Que me falem de Maupassant, de Dickens, de Swift, de Balzac, de Daudet – vá lá; mas Machado, nunca! Até em Turguênieff, em Tolstói podiam ir buscar os meus modelos; mas em Machado, não! (BARRETO, 1993, p. 284).

Dois anos antes, contudo, no artigo intitulado “Uma fatia acadêmica”, em um tom mais respeitoso do que o

observado no trecho acima, Lima Barreto estabeleceu as diferenças entre as suas obras e buscou separar a vida da obra de Machado. Ou seja, como escreve Lilia Schwarcz (SCHWARCZ, 2017, p. 329), mesmo discordando “dos modelos de ascensão social e de institucionalização da vida literária que para ele o Bruxo representava de maneira exemplar, [Lima Barreto] adotava uma posição diversa em relação à sua obra”.

O maior símbolo dessa “institucionalização da vida literária” era a *Academia Brasileira de Letras* (que teve como um dos seus fundadores, justamente, Machado de Assis), com a qual Lima Barreto mantinha uma relação ambígua. No conto “O mal da ‘Central’”, publicado em 1921, embora aborde a vaidade dos engenheiros e suas obras mal executadas, o autor não deixa de comparar o desejo de tais profissionais pela imortalidade com o daqueles que compartilham o seu ofício de escritor. Segundo ele, “muita gente julga que obtém isso [a imortalidade] facilmente, comprando um fardão caro, bordado a ouro, fazendo longo discurso na praia da Lapa, e entrando para a Academia de Letras” (BARRETO, 2016, p. 273).

Contudo, embora desdenhasse do que a *Academia Brasileira de Letras* representava e atacasse seus membros e a literatura produzida por eles, ao mesmo tempo, Lima

Barreto candidatou-se a imortal algumas vezes. Na última das três vezes em que postulou o cargo, no ano de 1921, o autor escreveu um pequeno texto no qual destaca sua produção como colaborador de vários jornais e revistas, a publicação de cinco volumes que, segundo ele, foram “muito bem recebidos pelos maiores homens de inteligência de meu país” (BARRETO, 1993, p. 383), assim como considera sua candidatura como algo “justo e justificável”. Lima Barreto também se volta contra aqueles homens que considera desleais, possuidores de “títulos literários equívocos” e que dispõem de grandes jornais para alavancar suas pretensões acadêmicas.

Para ele (BARRETO, 1993, p. 383), a existência de outras candidaturas é algo

[...] muito justo; mas que procurem desmerecer os seus concorrentes, é coisa contra a qual protesto. Se não disponho do *Correio da Manhã* ou do *O Jornal*, para me estamparem o nome e o retrato, sou alguma coisa nas letras brasileiras e ocultarem o meu nome ou o desmerecerem, é uma injustiça contra a qual eu me levanto com todas as armas ao meu alcance. Eu sou escritor e, seja grande ou pequeno, tenho direito a pleitear as recompensas que o Brasil dá aos que se distinguem na sua literatura.



Lima Barreto não chegou a usufruir dessas recompensas. Ele se sentia preterido pela imprensa da sua época (como fica evidenciado no trecho acima) e, por isso, se definia como um “escritor avesso às condecorações, ao jornalismo social e aos clubes literários estabelecidos” (SCHWARCZ, 2017, p. 330). Na imprensa da época, as opiniões acerca do autor carioca variavam: ora consideravam sua voz aguda e original, ora ele era tido “como um escritor menor, cuja referência à realidade diminuía a imaginação” (*Ibidem*). Podemos substituir o termo “realidade” por outro emprestado de Deleuze e Guattari (2017, n.p): o caso individual, particular, considerado pelos filósofos como indispensável à literatura menor. Ou, como o próprio escritor coloca:

O que escrevo é o que vejo e sinto diretamente por mim; e os meus humildes escritos não são senão isso e mais as minhas dores e o desabafo de injustiças com que esses *souteneurs* das letras me têm amargurado a existência (BARRETO, 2017, p. 236)<sup>3</sup>.

Ao desabafar as dores e injustiças sofridas, Lima Barreto afirma o caráter da enunciação coletiva — conceito formulado por Deleuze e Guattari (DELEUZE; GUATTARI, 2017) —, que faz do escritor alguém capaz de estabelecer uma ação comum, motivada pelas questões do campo político. Essa passagem do campo individual

para o coletivo está explicitada em uma carta de 1916, dirigida à escritora Albertina Berta, na qual o autor redige que “o que há de pessoal nos meus pobres livros [...] interessa a muita gente e isso, penso eu, me desculpa” (BARRETO, 2017, p. 114). Ainda de acordo com os filósofos franceses, não existe sujeito, existem apenas *agenciamentos coletivos de enunciação*, expressos pela literatura, que funcionam como potências do porvir, como forças revolucionárias (DELEUZE; GUATTARI, 2017, n.p). Lima Barreto também acreditava na potência da literatura, como escreveu em seu discurso (não proferido) “O destino da Literatura”, publicado na *Revista Cruz e Souza*, em 1921. Para o autor (BARRETO, 2017, p. 279)

Mais do que qualquer outra atividade espiritual da nossa espécie, a Arte, especialmente a Literatura, a que me dediquei e com que me casei; mais do que ela nenhum outro qualquer meio de comunicação entre os homens, em virtude mesmo do seu poder de contágio, teve, tem e terá um grande destino na nossa triste Humanidade.

E, ainda pensando no coletivo, a literatura para Lima Barreto tem o poder de transmitir tanto ideais quanto sentimentos. Sob a forma destes últimos, ela trabalha pela união da espécie e age como “máquina coletiva de expressão” (DELEUZE; GUATTARI, 2017, n.p).

### ALCANCE E DISTRIBUIÇÃO

Em uma entrada do seu diário, em 1916, Lima Barreto relata a dificuldade de publicar como livro aquele que é possivelmente seu romance mais emblemático, *Triste fim de Policarpo Quaresma*:

O Policarpo Quaresma foi escrito em dois meses e pouco depois publicado em folhetins no Jornal do Comercio da tarde, em 1911. Quem o publicou foi o José Félix Pacheco. Emendei-o como pude e nunca encontrei quem o quisesse editar em livro. Em fins de 1915, devido a circunstâncias e motivos obscuros, cisme em publicá-lo. Tomei dinheiro daqui e dali, inclusive do Santos, que me emprestou trezentos mil-réis, e o Benedito imprimiu-o (BARRETO, 1993, pp. 126-127).

A forma encontrada pelo autor para ter seu livro nas prateleiras foi o endividamento, uma vez que era arrimo de família e seus principais rendimentos vinham da função de amanuense na Secretaria da Guerra e, no quesito financeiro, a escrita de resenhas e artigos era uma complementação de renda para Lima Barreto. Além de ser o próprio financiador do seu livro, ele também realizou o trabalho de divulgação. Em seu diário está detalhado o número de exemplares que distribuiu e seus destinatários (dentre eles alguns amigos e, em sua maioria, jornais). Apesar desse esforço, a repercussão esperada não ocorreu

e o autor (que era jornalista) desenvolveu ressentimentos em relação à imprensa — ele, inclusive, registra os jornais que não noticiaram o seu livro (BARRETO, 1993, pp. 127-8). As críticas de Lima Barreto à imprensa, todavia, são presentes já em seu primeiro livro, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, de 1909.

Deve-se afirmar que as redações de jornais são cenários recorrentes nos seus textos, nos quais o jornalista expressa a visão pouco favorável que cultivava a respeito desses espaços e daqueles que o compõem. Podemos tomar como exemplo o conto “A colocação”, publicado na revista *Careta*, em 1915, no qual o protagonista é um jovem repórter, cuja máxima, aprendida com os franceses, era “a imprensa leva a tudo, a questão é sair dela” (BARRETO, 2016, p. 452).

Apesar das objeções à imprensa, enquanto jornalista e escritor, Lima Barreto vivia o cotidiano das publicações. Em dado momento, ele e seu grupo de amigos próximos resolveram fundar a própria revista, a *Floreal*. Esse coletivo

[...] de algum modo capitaneado por Lima – se tinha em alta conta. Na avaliação de seus integrantes, eles seriam os ‘novos’. ‘Novos’ porque se autoproclamavam os genuínos representantes de uma nova literatura; ‘novos’ porque apartados do que

consideravam ser os protecionismos da ABL e dos grandes jornais da capital. Na opinião da confraria, o ambiente daquela República das Letras era por demais fechado, até tacanho, e avesso a iniciativas concorrentes. Claro que essa era a percepção de uma geração que ia chegando com muita vontade de ascender, ou, ao menos, de ter a chance de mostrar seus trabalhos. (SCHWARCZ, 2017: 189)

O primeiro número da *Floreal* saiu em 1907 e entrou na disputa com os inúmeros periódicos que surgiam na capital federal àquela época. No mesmo ano em que foi lançada a revista, outros oito periódicos foram criados no Rio de Janeiro. De naturezas diversas, esses variavam entre as publicações literárias, noticiosas, científicas, humorísticas, entre outras. O crescimento desse filão representava, além de um anseio por informação do público urbano, o aparecimento de uma classe média de interesses culturais estabelecidos. Nesse cenário, a *Floreal* surgiu com o objetivo de fugir das determinações dos “mandarinatos literários”; contudo, faltavam recursos para a revista capitaneada por Lima Barreto disputar em pé de igualdade a atenção do público e a empreitada perdurou apenas por quatro números (SCHWARCZ, 2017, p. 194-5).

Trazendo esse debate para a contemporaneidade, se no contexto de Lima Barreto o que foi denominado

“mandarinato literário” ficava a encargo da imprensa, hoje, esse círculo pode ser compreendido como o espaço para a publicação em grandes editoras. A oportunidade para publicar nestas, contudo, permanece como algo restrito a autores que pertencem a uma certa parcela da população. Como demonstra o estudo *A personagem do romance brasileiro contemporâneo* liderado pela professora Regina Dalcastagnè (2011), o perfil do autor privilegiado pelas grandes editoras do país se manteve basicamente o mesmo por 43 anos — sendo esse perfil o do homem branco, de classe média, oriundo do Rio de Janeiro ou de São Paulo, cujos personagens (protagonistas ou coadjuvantes) compartilham dessas mesmas características. Esse estudo também comprova o aumento de romances publicados por mulheres brancas, enquanto as publicações de textos escritos por mulheres e homens negros permanecem escassas.

Por outro lado, o número de editoras independentes no Brasil cresce, conforme aponta Fontenele (FONTENELE 2019, n.p) no artigo *Editoras Independentes se Espalham pelo País*. De acordo com ele (FONTENELE, 2019, n.p), o papel das editoras menores é trazer mais diversidade ao mercado literário ao publicar autores que estariam fora do perfil — aquele explicitado por Dalcastagnè (DALCASTAGNÈ, 2011, p. 33) — das grandes editoras.

Isso pode ser explicado pelo fato de tais editoras se orientarem por uma preocupação sobretudo em torno do lucro, o que as leva a não arriscar na promoção de novos autores e privilegiar aqueles já conhecidos. As editoras independentes, por outro lado, podem apostar em diferentes vozes e, assim, contribuir para a diversidade do mercado literário (FONTENELE, 2019, n.p).

Desse modo, para Dalcastagnè (DALCASTAGNÈ, 2011, p. 14-15), embora não haja pouca produção literária por parte de autores afro-brasileiros, existe uma ausência gritante de sujeitos negros na literatura nacional (enquanto autores ou personagens das narrativas desenvolvidas). E, segundo a pesquisadora (DALCASTAGNÈ, 2011, p. 46), sendo impossível arrancar o racismo (tão presente no contexto nacional) da literatura, ele se torna, portanto, um problema que a própria literatura deve discutir.

Entre os fatores que ajudam a explicar o crescimento do número de editoras independentes está a demanda por livros para os mais diversos públicos. Se as grandes editoras têm como práxis a aposta em escolhas menos arriscadas, com a crise no mercado editorial, essa tendência aumentou, fazendo com que a aposta em livros que poderiam ser um sucesso comercial não deixasse espaço para livros com temas que interessariam outros leitores, como uma

literatura LGBTQ+, indígena ou negra — temas, então, encampados pelas editoras independentes. Algumas destas (como a editora *Malê*, que publica apenas literatura afro-brasileira com o objetivo de buscar a ampliação da diversidade no mercado editorial brasileiro, além de garantir mais visibilidade para esses autores) têm como linha editorial a literatura negra desprestigiada por grandes editoras e, em tempos cada vez mais intolerantes, a busca por novas visões, novas epistemologias, contribui para o projeto de construção de uma sociedade mais plural e igualitária. As visões e vozes desses autores podem criar um *devir-menor* (DELEUZE; GUATTARI, 2017, n.p), arrancando de sua própria língua uma literatura menor, usando a sintaxe para gritar, oferecendo aos seus gritos uma sintaxe.

#### **TODAS AS MUSAS PODEM SER OUVIDAS**

Em 1920, internado no Hospício Nacional dos Alienados no Rio de Janeiro, Lima Barreto começou a redigir *Diário do Hospício*, no qual escreveu uma de suas frases mais emblemáticas: “Ah! A Literatura ou me mata ou me dá o que peço dela” (BARRETO, 1993, p. 154). Essa foi a segunda internação do autor que, mesmo nesse ambiente hostil a qualquer sensibilidade artística, tinha como tábua de salvação a literatura — não só a que pretendia escrever, como a de outros mestres que tanto admirava, como Miguel de Cervantes e Fiódor Dostoiévski.



Inspirado principalmente por *Recordações da Casa dos Mortos*, do escritor russo, Lima Barreto

preparava-se para sair daquele lugar levando consigo o projeto da nova obra, radical, dentro de seu projeto já muito radical. *O cemitério dos vivos* seria um livro em diálogo com sua própria experiência e com a literatura de Dostoiévski. Mostraria também outro “subsolo” da nossa sociedade: o manicômio (SCHWARCZ, 2017, p. 394).

O autor morreu sem finalizar esse que seria seu projeto mais radical. Nos rascunhos inacabados, escritos concomitantemente ao diário, o próprio autor, às vezes, se confunde e troca o nome do protagonista pelo seu próprio, assim como traz para o diário parte da ficção. A literatura aqui pode ser vista como uma arma encontrada pelo autor para lutar contra seus demônios dentro do manicômio, assim como era sua arma para lutar contra uma sociedade racista e desigual. Talvez, a concepção de Lima Barreto do que é a literatura esteja melhor resumida em um de seus discursos, o já mencionado “O destino da literatura”. Sem colocá-la em um pedestal, como algo inalcançável, ele considera que a literatura teria um poder de contágio e seria capaz de criar uma ligação entre os seres humanos, revelando a todos “como semelhantes no sofrimento da imensa dor de serem humanos” (BARRETO, 2017, p. 275).

Fazendo-nos assim tudo compreender; entrando no segredo das vidas e das cousas, a Literatura reforça o nosso natural sentimento de solidariedade com os nossos semelhantes, explicando-lhes os defeitos, realçando-lhes as qualidades e zombando dos fúteis motivos que nos separam uns dos outros. Ela tende a obrigar a todos nós a nos tolerarmos e a nos compreendermos; e por aí, nós nos chegaremos a amar mais perfeitamente na superfície do planeta que rola pelos espaços sem fim (BARRETO, 2017, p. 280).

Deleuze e Guattari (DELEUZE; GUATTARI, 2017, n.p) também compartilham da ideia de que a literatura é capaz de produzir uma solidariedade ativa, apesar do ceticismo, e ressaltam que, se quem escreve se encontra à margem, tal circunstância faz com que este seja capaz de elaborar os meios para uma nova consciência e uma nova sensibilidade. Ao fim deste artigo, concluímos que a literatura só alcançará esse objetivo se, de fato, servir de meio para que cada vez mais vozes sejam ouvidas e pontos de vista diferentes sejam discutidos. Uma literatura mais plural só pode ser construída quando autores periféricos passam a ser lidos, quando autores que quase foram esquecidos são recuperados, quando as autoras negras passam a compreender que, sim, são escritoras. Esse sentimento de não pertencimento, de inadequação, que

é fruto do racismo, como sugere Grada Kilomba (2019, n.p), só pode ser superado quando todos entenderem que não há um lugar certo para se voltar e que ninguém mais cederá seu lugar.

### REFERÊNCIAS

ALVES, MIRIAM. **Brasil Afro autorevelado: Literatura Brasileira contemporânea**. São Paulo: Nandyala, 2010.

BARRETO, Lima. **Impressões de leitura e outros textos críticos**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.

BARRETO, Lima. **Sátiras e outras subversões**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016.

BARRETO, Lima. **Um Longo Sonho do Futuro: diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993.

CUTI. Quem tem medo da palavra negro. São Paulo: Departamento de Psicanálise - Sedes Sapientiae, 2010. 13p. Disponível em: [http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/pdf/quemtemmedodapalavranegro\\_cuti.pdf](http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/pdf/quemtemmedodapalavranegro_cuti.pdf). Acesso em: 10 de fev. 2021.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, [S. l.], n. 26, p. 13–71, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Kafka: por uma literatura menor**; tradução de Cintia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. E-book Kindle.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2013. E-book Kindle.

FONTENELE, José. **Editoras independentes se espalham pelo país**. Disponível em: <http://www.revistarevestres.com.br/reves/cultura/editoras-independentes-se-espalham-pelo-pais/>. Acesso em: 16 de fev. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em: 6 de jun. 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**; tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. E-book Kindle.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

SANTOS, Joel Rufino. **O que é racismo**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. E-book Kindle.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012. E-book Kindle.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. E-book Kindle.

*Recebido em: 23-04-2020.*

*Aceito em: 27-07-2021.*